

**As tessituras do enredo e as construções narrativas
do jornal *O Globo* sobre o caso “Chacina da Candelária”.**

Danielle Ramos Brasileira¹

Resumo

Este trabalho apresenta um ensaio de reflexões a respeito de um caso de violência contra menores que marcou a história da sociedade e da imprensa, o caso “*Chacina da Candelária*”. O objetivo é, sobretudo perceber as construções discursivas sobre este assunto, levando em consideração as possíveis construções das realidades e identidades a partir das narrativas jornalísticas do jornal *O Globo*, não só apenas no período do acontecimento, mas também em suas respectivas menções posteriores, outros fatos ocorridos no decorrer dos anos que remetem a Candelária como memória após a chacina. A prioridade deste artigo é pensar sobre a relação senso comum e construção e configuração narrativa a partir de um tempo prefigurado e refigurado por uma mediação midiática.

Palavras-chave: jornalismo; narrativa; identidade, senso comum, violência.

Artigo :

O artigo aqui apresentado pretende explorar a relação entre a produção de *discursos narrativos* e a construção de *identidades* contemporâneas em um espaço social privilegiado da sociedade que é a imprensa. A proposta é estudar a *narrativa jornalística* e a maneira pela qual os jornais traduzem as *contradições* da *realidade* para seus leitores, observando, principalmente, como esta mídia gerencia os conceitos da vida cotidiana, ou o *senso comum*.

Para realizar esta pesquisa, escolhi um fato de *violência* e de grande relevância social, o caso “Candelária”, que, em 23 de julho de 1993, envolveu menores, moradores das ruas do Rio de Janeiro, e policiais em uma ação de extermínio. O objetivo é analisar a cobertura da imprensa logo após esse acontecimento, levando em conta o grande enfoque dado ao mesmo durante algum tempo, bem como as menções posteriores ao fato, citado como referência em outros casos de violência.

Em relação ao primeiro caso, ou seja, a cobertura da imprensa logo após o acontecimento, enfocarei, especificamente, a cobertura do jornal *O Globo*, em suas edições do dia 24 de julho a 30 de agosto de 1993, período em que o fato foi objeto de inúmeras matérias, artigos e comentários no referido jornal. A opção por esse diário se dá exatamente por sua abrangência e poder de atuação, pois trata-se de

¹ Jornalista, Pós-Graduada em História do Brasil e mestranda na Universidade Federal Fluminense.

um dos maiores meios de informação nacional e parte do grupo de comunicação com maior audiência no país, as *Organizações Globo*.

Conforme foi notificado pelos jornais na época, homens encapuzados dispararam suas armas em crianças e adolescentes que dormiam nas mediações da igreja da Candelária, durante a madrugada, no centro da cidade do Rio. Em sua trama narrativa, os veículos de comunicação descrevem o crime, que deixou sete pessoas mortas (crianças e jovens entre 11 e 22 anos), chamando-o de “chacina”, assassinato coletivo e premeditado. A imprensa aponta algumas explicações para o acontecimento, especialmente a de que se trataria de uma vingança, tanto policial como de comerciantes da área, que se incomodavam com os meninos, principalmente pelo fato de cometerem infrações.

É importante, então, perceber como, a partir deste fato, a Candelária, monumento construído no século XVIII, com revestimento interior em mármore, fachada em cantaria e com suas portas trabalhadas em bronze, vira um *lugar de memória* não apenas por ser um patrimônio histórico importante ou um cartão postal da cidade, mas, essencialmente, por se transformar em um *marco jornalístico e social*, ao ser lugar de uma “chacina” e, conseqüentemente, ponto de referência quando falamos de menores e vítimas da violência urbana.

Minha proposta é trabalhar, neste sentido, também com outros acontecimentos em que a memória da Candelária é acionada, episódios importantes, que serão pensados como marcos significativos, tais como: a morte dos sobreviventes “Bilinha” (João Fernando Caldeira), seis anos depois da chacina, próximo à Candelária; Sandro Nascimento, no caso do ônibus 174, em 2000; “Beth Gorda” (Elizabeth Cristina Borges), assassinada em frente à sua casa, no mesmo ano da morte de Sandro; o julgamento dos policiais e os depoimentos de Wagner dos Santos (sobrevivente da chacina, refugiado hoje na Suíça), em 1996 e 1998; os dez anos do caso “Candelária”, em 2003; o aniversário da ONG Viva Rio, que comemorou dez anos em julho de 2004, reunindo cem pessoas num abraço simbólico à Candelária; as diversas falas na imprensa sobre menores de rua e outros fatos apresentados pela mídia que fazem referência ao episódio objeto em foco de pesquisa.² O levantamento empírico, seguindo o já proposto anteriormente, seria feito a partir de edições do jornal *O Globo*, nas referidas datas/eventos.

1. Algumas reflexões conceituais e sobre as hipóteses

Esta discussão sobre a identidade do ser e sua realidade remete aos primórdios da humanidade.

² Posso citar como exemplo, dentre o material recolhido em um levantamento prévio que realizei, o episódio envolvendo a primeira dama da Venezuela, que em visita oficial em Brasil, em junho de 1999, afirmou fazer questão de visitar o local da “chacina da Candelária”, conforme noticiou o jornal *O Globo* em 24/06/1999.

Mas o que podemos refletir aqui é a questão da realidade múltipla e repleta de sentidos, construída pelos homens conforme o espaço e tempo em que vivem. Sabemos que a única realidade cuja consciência é indubitável é a realidade da vida cotidiana, conforme especificaram Berger e Luckmann.³ Se somos um fluxo, não temos identidade fixa. No entanto, precisamos de um nome, uma "ficção" e, principalmente, da interação com o outro sujeito para sustentar nossa identidade mutável. E é através desta dialética que essa "ficção" se constrói continuamente no tempo e no espaço.

Heráclito (535-475 A.C.), filósofo pré-socrático, falou sobre o mundo como um fluxo, onde as coisas se transformam a partir de contradições. Acreditava no devir a partir de choques de realidades contrárias, que ao se chocarem provocam o mover do mundo e esse choque seria a expressão de toda ação humana viva. Para ele, a realidade poderia ser vista como uma "harmonia dos contrários", um estado harmônico de choques que geram vida, ação, pois a única coisa estática e sem choque é a morte.⁴ Por causa da pluralidade e mutabilidade do mundo, o estático já incomodava. Com a frase "o ser não é mais que o não ser", Heráclito tenta mostrar que o "ser" não é nada sem o seu contrário, pois para crescer e se modificar precisa de ação e de choque com o seu contrário. E ao dizer que "o homem não pode banhar-se duas vezes no mesmo rio", Heráclito mostra que os elementos contrários do mundo não são fixos, eles estão em mudança constante e por isso não podem ser os mesmos sempre. Daí pode-se perceber a noção de identidade mutável, sempre renovada por um fluxo de contradições da vida. Em sua época, por causa do pensamento sobre a metafísica, Heráclito foi considerado como "obscuro", mas hoje sua reflexão se aproxima mais das nossas concepções da realidade.⁵

A transformação do sujeito acontece a partir da contradição de seus predicados, ou seja, o sujeito manifesta-se através de ações, que são realidades criadas e sujeitas a mudanças. Essas realidades dialéticas são influenciadas pelo contexto social em que vivemos, pela escolha do que dizemos, e outros tópicos importantes que fazem parte da construção e formação da cultura humana. O *sensus communis*, por exemplo, é um dos resultados desse diálogo entre grupos sociais e o discurso dialético contribui para que ele seja reproduzido.

Não é possível pensar a prática discursiva e a construção de discurso sem refletir primeiro sobre signos e ideologias. O soviético Mikhail Bakhtin (1895/1975), em seu livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, diz que "sem signos não existe ideologia",⁶ pois todo signo possui um significado construído pelo que é exterior a ele. O signo só se desenvolve socialmente onde, através da linguagem e contradição, existe contínua transformação. Toda matéria natural, de consumo ou tecnológica, pode se

³ BERGER e LUCKMANN, 1985.

⁴ Sobre o pensamento de Heráclito, ver KONDER, 2002, p. 9 e CHAUI, 1996, p. 180.

⁵ KONDER, *idem, ibidem*.

⁶ BAKHTIN, 1979, p. 31.

tornar signo a partir do momento que é expressa ideologicamente. A palavra é a maneira mais nítida de se perceber o signo e ao mesmo tempo é através de um conjunto delas que ele é criado, por isso é colocada em primeiro plano no estudo das ideologias.

Para Bakhtin, uma mensagem está sempre ligada à outra mensagem, o que podemos classificar como um tipo de relação de herança da fala. A *polifonia* de que fala o autor, é esta variedade de vozes dentro de um texto, em contradição transformando-o em diálogo. Todo discurso sempre está relacionado a outro discurso. Nem sempre é conhecida dos autores a existência em seu texto de outras vozes, estas podem estar muitas vezes explícitas em citações ou referências, mas também se manter ocultas. Qualquer discurso sempre estará, desta forma, impregnado pelas vozes de outros discursos com os quais ele dialoga. Com relação a estes enunciados que antecedem, Bakhtin diz que "o locutor não é um Adão bíblico, perante objeto virgem".⁷ O *dialogismo*, segundo ele, é o que faz essas vozes interagirem no interior do texto, gerando significados e até mesmo novos valores. "Se a cultura é polifônica então, ela é arena, território de conflito e luta. O sentido nunca se fecha, esse é um princípio fundamental da filosofia bakhtiniana. A hegemonia nunca é dada a priori, é cotidianamente construída, deslocada".⁸ Neste sentido, como aponta Stuart Hall, o conceito de dialogismo recuperou e ampliou os limites da contradição dialética, fugindo da razão dualista e oferecendo uma interpretação ampliada e múltipla dos sentidos.⁹

Berger e Luckmann, ao relacionarem a linguagem com a realidade da vida cotidiana, afirmam: "Desta maneira a linguagem marca as coordenadas de minha vida na sociedade e enche esta vida de objetos dotados de significação".¹⁰ E assim como mostra Roland Barthes,¹¹ os sociólogos também falam sobre os efeitos coercitivos que a linguagem exerce sobre os indivíduos. Embora as regras de linguagem não possam ser usadas em todas as línguas, ela é capaz de fazer transitar as experiências da vida cotidiana através do simbólico e pelo *dialogismo*. A linguagem constrói espaços de significação e é aqui que entra a imaginação e as noções do *senso comum*.

“Se o bom senso é uma interpretação da realidade imediata, uma espécie de polimento desta realidade, como o mito, a pintura, a epistemologia, ou outras coisas semelhantes, então, como essas outras áreas, será também construído historicamente, e, portanto, sujeito a padrões de juízo historicamente definidos. Pode ser questionado, discutido, afirmado, desenvolvido, formalizado, observado, até ensinado, e pode também variar dramaticamente de uma pessoa para outra. Em suma, é um sistema cultural, embora nem sempre muito integrado, que se baseia nos mesmos argumentos em que se baseiam outros sistemas culturais semelhantes: aqueles que os possuem têm total convicção de seu valor e de sua

⁷ RIBEIRO, 2000.

⁸ *Idem*.

⁹ HALL, 2003, p. 235.

¹⁰ BERGER e LUCKMANN, *op. cit.*, p. 39.

¹¹ BARTHES, 1978.

validade. Neste caso, como em tantos outros, as coisas têm significados que lhes queremos dar”.¹²

As teorias da vida cotidiana se transformam em problemas no processo de construção do discurso, quando estas teorias formam estereótipos e juízos pré-conceituados, inquestionáveis, realidade única e consensual. Estas produções de valores e superstições vão se afirmando no mundo através do discurso, por ser a realidade válida para a sociedade aquela que indica a verdade. E, como afirmam Berger e Luckmann, fica impossível fazer de conta que esta realidade não existe e muito difícil diminuí-la, principalmente pela forma com que a mídia, semantizadora central da nossa sociedade, conduz seu discurso. Visto que, também, é impossível compreender a vida cotidiana sem entender primeiramente a linguagem, pois ela contribui para o desenvolvimento do senso comum, um instrumento que dá sentido, significação e transformação ao mundo. Como afirma Norman Fairclough:

“Enfocar a ideologia implica em ajudar as pessoas a verem o quanto suas linguagens firmam-se sobre suposições do senso comum e as formas pelas quais estas suposições do senso comum podem ser ideologicamente formatadas por relações de poder”.¹³

Para Fairclough, o senso comum é uma conexão oculta entre a linguagem, o poder e a ideologia. Os textos jornalísticos não são explicitamente cobertos de ideologias, apenas mostram ao seu leitor o caminho para uma interpretação ideológica, na forma de naturalização. Esta é a essência da ideologia. Fairclough afirma que a naturalização é a mais formidável arma do poder e conseqüentemente um foco importante de luta.¹⁴ A ideologia vira senso comum quando o discurso é estereotipado e naturalizado, isso revela o efeito de poder que este representa em um texto. Assim, o senso comum ideológico, através da linguagem, interfere na construção de identidades dos sujeitos sociais.

Norman Fairclough aplica o conceito de “rotinas interacionais” ao perceber as formas como acontece a interação entre os sujeitos no discurso e a forma como são separados ou misturados no texto, concluindo que a naturalização dos fatos contribui para uma afirmação da imagem dos sujeitos sociais a partir do senso comum: “A prática discursiva é constitutiva tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença) como é, mas também contribui para transformá-la”.¹⁵

¹² GEERTZ, *op. cit.*, p. 115/116. Grifos meus.

¹³ FAIRCLOUGH, *Language and Power*, p. 4. Tradução livre. “Given my focus on ideology, this means helping people to see the extent to which their language does rest upon common-sense assumptions, and the ways in which these common-sense assumptions can be ideologically shaped by relations of power.”

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 105.

¹⁵ *Idem, Discurso e Mudança Social*, p.92.

Depois de ter discutido sobre realidade, linguagem, contradição e senso comum, posso começar a tratar da questão da construção do discurso sobre violência e suas marcas em nossa cultura hoje. E, como já foi visto, a prática discursiva contribui para transformação e reprodução dos elementos sociais (identidades, crenças, relações de poder). Da mesma forma, contribui também para a construção e formação do imaginário sobre violência urbana.

A violência pode ser entendida como qualquer tipo de constrangimento físico ou moral. Muniz Sodré (1992) fala sobre atos de violência e estado de violência. Os atos de violência são os seqüestros, assaltos, assassinatos e tudo que estiver relacionado a práticas de violência. Sodré chama de estado de violência, as violências invisíveis e institucionais, provocadas pelo serviço público. Para ele, a violência social pode ser chamada de direta, quando existe exercício imediato de força física, e indireta, quando é latente, ou seja, marcada por pressões ou ameaças dos campos econômicos, morais, psicológicos ou político. Mesmo sendo a violência considerada plural, a idéia e o conceito de força é que prevalece, na maioria das vezes, para explicar a violência.

Dentro do contexto contemporâneo, essa questão só pode ser entendida na sua relação com os meios de comunicação de massa. Os meios de comunicação se preocupam com discursos que chamam a atenção de seu público como forma de espetáculo, reforçando e reproduzindo significados da realidade da vida cotidiana. A violência tratada como fato jornalístico (principalmente pelos jornais dito populares) é, sobretudo, aquela que contém um nível de crueldade bastante significativo ou a que causa escândalo público, como, por exemplo, a construção de uma guerra de poder entre o tráfico de drogas e o Estado na cidade do Rio de Janeiro.

Os estereótipos criados a respeito da violência em nosso país talvez tenham deixado esse assunto banalizado e, junto com ele, aquilo que chamamos de “bandido”, “marginal”, “favelado”, “pobre” ou “negro”. Isto acontece justamente porque o discurso tem uma relação intensa com a realidade, construindo e transformando os valores e os significados. Além disso, os leitores dos jornais não fazem uma leitura imaginária, como nos romances ou nas estórias e contos de fadas. O público do jornal lê o "fato", ou melhor, uma tradução da realidade em que vive. Sendo assim, a naturalização dos valores acontece e os sujeitos, os crimes e todos os atos de violência (na forma sensacionalista) tornam-se modelos do *senso comum*.

Muniz Sodré fala do sistema imagético¹⁶ produzido pela mídia que, ao usar o espetáculo, distrai o público, constrói identificações sociais e simula padrões de conduta. E diz que isso não é produção de conteúdo e conhecimento, mas sim "[...] gestão de uma socialidade artificiosa, encenada num novo tipo

¹⁶ *Idem*, p. 45.

de espaço público, cuja forma principal é a do espetáculo". As notícias de violência prestam serviços de alerta ao Estado, causam debate público e, além disso, são uma denúncia nacional privilegiada, por acompanhar de perto os fatos e reproduzi-los. Mas a questão é: como esses fatos são traduzidos? E onde são dadas as maiores ênfases? No senso comum? Nos direitos humanos? O que é silenciado? A forma como são feitas as divulgações pelos jornais no espaço público também muitas vezes é uma forma de violência contra a sociedade. A própria maneira de narrar os fatos, mesmo com intenção de objetividade, agride determinadas culturas e classes.

Neste sentido, os discursos produzidos pelos jornais a respeito da violência têm conseqüências nas práticas sociais, políticas, culturais e até mesmo econômicas. Os moradores da favela (como pude acompanhar de perto numa parte da comunidade de Manguinhos, no Rio de Janeiro¹⁷), por exemplo, querem mostrar o tempo todo que o local onde moram é um lugar tranqüilo, onde existem pessoas justas e trabalhadoras. Afirmam suas identidades e tentam a todo o momento desconstruir o que é dito pela mídia a respeito de suas vidas e, principalmente, do local onde moram. Não negam o perigo da violência policial e do tráfico de drogas, mas se defendem dos estereótipos e preconceitos gerados pelo senso comum, mesmo que o assunto não seja violência.

Esta produção de significados não é feita por uma pessoa. Não podemos esquecer também a intertextualidade nos discursos. Os jornalistas, antes de produzirem as matérias, consultam fontes que fazem discursos diversos sobre o assunto a ser tratado. Essas fontes podem estar ligadas a ideologias religiosas ou de caráter jurídico, militar e outros. Isso influencia o texto que será publicado e, neste sentido, a polifonia também contribui para a formação dos valores. Mikhail Bakhtin fala sobre a polifonia não só por causa da multiplicidade das vozes, mas também por causa da orquestração das vozes que juntas revelam novos ou diversos significados. Como diz a Elizabeth Rondeli: "o que se produz sobre a violência são representações múltiplas, discursos polifônicos, por vezes contraditórios, mas coerentes com requisitos institucionais diversos".¹⁸

Ao pensar em representações múltiplas, podemos ver também a violência como representação de poder no jornalismo, pois, transmitida de forma espetacular, a notícia é vendida em maior quantidade. Não há como negar que existe um comprometimento das empresas de comunicação com a venda de seu produto e também com seus anunciantes e isso resulta no uso do discurso espetacular como uma estratégia para vender mais jornais.

¹⁷ A visita à comunidade de Manguinhos faz parte da atividade de pesquisa em Semiologia dos Discursos Sociais pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ/ Departamento de Comunicação e Saúde, coordenado pela Dra. Inesita Araújo, no qual sou bolsista.

¹⁸ RONDELLI, *op. cit.*, p.155.

Assim, basta-nos citar aqui Roland Barthes que chama de *fait divers*¹⁹ as notícias que privilegiam o entretenimento. É a informação geral de interesse público transformada em drama, ou melhor, uma forma narrativa que seja chocante, escandalosa, ou que esteja próxima do ineditismo. O objetivo da imprensa ao se apropriar do *fait divers* foi entreter e divertir a sociedade de massa.²⁰ No caso da violência, as matérias com formas mais agressivas e ao mesmo tempo muito repetidas são reforçadas na mídia, segundo a lógica do *fait divers*. A fantasia e a naturalização das notícias também fazem o público digerir com mais facilidade a realidade do seu cotidiano. E, em contrapartida, alguns sujeitos se transformam em inimigos da sociedade, os suspeitos e os desejáveis de morte,²¹ assim como os meninos moradores de rua que foram massacrados por policiais na Candelária.

A autoridade jornalística é percebida na maneira de narrar os fatos. O uso de técnicas como a retórica aparece como forma estratégica na construção do discurso persuasivo e repleto de valores do senso comum, onde são criados os mitos, as celebridades e os monstros da sociedade.

A “propriedade da palavra”, ou da fala a que se refere Barthes, é um exemplo do uso do poder a partir da linguagem. As estratégias retóricas concedem aos jornalistas (profissional referente neste trabalho) o domínio da palavra, o poder de influenciar o pensamento da sociedade através dos veículos de comunicação. A técnica retórica é adaptável à opinião do público, e principalmente ao senso comum, o que pode ser relacionado na técnica retórica com o verossímil, tudo aquilo que na vida cotidiana da cultura de massa é julgado possível, apropriado ou até mesmo correto.

A verossimilhança é a aparência da verdade e os argumentos retóricos verossímeis podem ser reproduções de conceitos, crenças e práticas formadas pela própria sociedade. O que o repórter informa nos textos dos jornais, muitas vezes é o que o receptor considera justo independentemente de ser a verdade ou uma aparência, são argumentos consensuais, com aceitação universal sem necessidade de comprovação imediata. Como afirma Milton José Pinto: “Como a arte retórica argumenta dentro do senso comum, visando a criação de verossimilhança, o crédito do orador junto ao público é um favor decisivo, pois a confiança do público abre caminho para a persuasão”.²²

É importante ressaltar também o “não dito” usado pelos jornais, que pode ser considerado entimema, uma estratégia retórica ou o pressuposto. O repórter narra o fato e estrategicamente deixa o leitor tirar suas conclusões. Isso acontece quando os jornais por questões particulares (matéria mal apurada, ou por submissão ao seu anunciante, dentre outros motivos) não assumem totalmente a

¹⁹ BARTHES, 1999, p. 57.

²⁰ DEJAVITE, , 2001, p. 207.

²¹ Sobre a questão da morte e dos que “merecem morrer” na sociedade contemporânea, conferir ARIÈS, 1977 e BARBOSA, 2004a.

²² PINTO, *op. cit.*

responsabilidade no relato dos fatos, deixando reticências indiretas para o público. No que também muitas vezes são influenciados pelo próprio ideário da profissão, tendo a objetividade como um valor importante em sua carreira.

O objetivo da retórica, então, de um modo geral, é provocar e aumentar uma intimidade do público com o emissor da mensagem. Quanto ao convencimento, basta para alguns fazer relatos de experiências pessoais em seus discursos, mencionar fatos antigos em comparação ou enumerar algumas provas que confirmem seus argumentos. Assim, a idealização do receptor da mensagem também influencia o texto, pois imaginando um determinado leitor o emissor também vai adequar seu discurso da maneira que ele acha coerente, ou seja, sua argumentação será baseada nos conceitos que são pertinentes para ele e para aquele público alvo, àquilo que eles conhecem como verdade e justiça. E estes são os argumentos consensuais, sem necessidade de comprovação, usa-se apenas o que é comum a todos, mesmo sendo inverdades.

Depois das discussões sobre violência e senso comum, podemos procurar compreender melhor como os jornais reproduzem a realidade cotidiana e de que maneira uma nova realidade polifônica e repleta de características é construída e vira *lugar de memória*, como o caso da Candelária. Para isso, é importante estudar as teorias de Paul Ricoeur a respeito da *narrativa* e do *tempo*. Para Ricoeur, a narrativa, como forma geral de representação do mundo, é a mediação entre os seres humanos e o tempo. Em uma construção narrativa o tempo se materializa, se torna humano quando baseado nas experiências.

Paul Ricoeur iniciou seu pensamento sobre a narrativa fazendo uma ponte entre a teoria de Santo Agostinho, que fala sobre o tempo, mas não o relaciona com a narrativa, e a teoria de Aristóteles sobre a poética, que, embora fale de narrativa, não fala sobre o tempo. A partir da *mimese* de Aristóteles, explicada em sua obra *Arte Poética*,²³ Ricoeur diz que a narrativa é composta por três mimeses e chama essa lógica teórica de *tríplice mimese*. Das três mimeses a segunda, a do meio, que faz mediação entre a primeira e a terceira, é vista como “o pivô” da construção narrativa. A *mimese I* é o montante, a nascente, onde tudo começa, e a *mimese III* a jusante, o sentido, para onde vão as coisas.

“Considero estabelecido que mimese II constitui o pivô da análise; por sua função de interrupção, abre o mundo da composição poética e institui, como já sugeri, a literariedade da obra literária. Mas minha tese é que o próprio sentido da operação da configuração constitutiva da tessitura da intriga resulta de sua posição intermediária entre as duas operações que chamo de mimese I e mimese III e que constituem o montante e a jusante de mimese II. Ao fazer isso, proponho-me a mostrar que a mimese II extrai sua inteligibilidade de sua

23 ARISTÓTELES, 1998.

faculdade de mediação, que é de conduzir do montante à jusante do texto, de transfigurar o montante em jusante por seu poder de configuração.”²⁴

Nos facilita entender a *tríplice mimese* quando pensamos na *mimese I* como narrativa de um tempo prefigurado (representações do mundo), a *mimese III* como narrativa de um tempo refigurado (reprodução de discursos) e a *mimese II* como configuração de uma nova realidade mediada por esses dois tempos anteriores. A *mediação*, ou a configuração narrativa, é o presente contínuo formado pelo passado atualizado (prefiguração) e pelo futuro antecipado (refiguração), ou seja, tudo é presente, neste sentido. Santo Agostinho, sobre o tempo, diz:

“O que agora claramente transparece é que nem há tempos futuros nem pretéritos. É impróprio afirmar que os tempos são três: pretérito, presente e futuro. Mas talvez fosse próprio dizer que os tempos são três: presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras. Existe, pois, estes três tempos na minha mente que não vejo em outra parte: lembrança presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e esperança presente das coisas futuras”.²⁵

Acredito, assim, que o jornalista é um mediador, construtor de narrativas que interferem na vida humana, visto que estes profissionais são reflexos e representação da realidade e as notícias correspondentes dela. E que uma nova realidade não é apenas construída do presente, ela é o remendo de três instâncias: presente do passado, presente do presente e presente do futuro. Os textos jornalísticos, na *mediação* do fluxo destes tempos, constroem novas realidades, valores e ideologias. Pela visão de Martin Barbero, podemos chamar tudo isso também de uma *cultura de “mestiçagem que nos constitui”*, pois “não é só um *fato social*, e sim razão de ser, tecido de temporalidades e espaços, memórias e imaginários [...]” As notícias de forma geral, e em especial aquelas ligadas à temática da violência, estariam assim dentro de um “fluxo do imaginário”.²⁶

A *memória* é uma instância de mediação essencial, necessária, sem a qual não existe realidade. Esta interferência da memória no diálogo cria novos valores e propõe novas reflexões a respeito do mundo e do senso comum. De acordo com Michael Pollak,²⁷ a memória é construída socialmente e individualmente. Ao relacioná-la com a identidade podemos dizer que uma é constitutiva da outra, a identidade só se constrói a partir de referências exteriores, ou melhor, de um outro, e a memória só se forma a partir de alguma identificação. A participação da memória na construção de identidades e vice-versa deve ser um princípio levado em consideração nesta pesquisa, pois ela é a protagonista principal da construção do presente e tem importância no retrato do senso comum. Quando um jornalista descreve

24 RICOEUR, 1994, p.86. Grifo meu.

25 AGOSTINHO, 1987, p. 222.

26 BARBERO, 1997, pg. 259.

27 POLLACK, 1992, p.200.

os fatos ele está reconstruindo determinadas identidades usando a memória social de algum espaço e tempo. As representações dos fatos atuais são feitas a partir da construção de lembranças e esquecimentos, gerando muitas vezes identidades cristalizadas.

Na medida em que nossa memória vai sendo reativada contando aquilo que já aconteceu, o passado se torna flexível, e o presente um fluxo de mudanças constantes. Ao contrário, o senso comum costuma pensar que o tempo do passado e do presente é fixo e imutável. Mas se pensarmos na memória como um instrumento de reconfiguração do passado, assim como sintetizou Maurice Halbwachs, um trabalho de enquadramento do passado a partir das demandas do presente, concluímos que vivemos com a impressão de uma linear repetição e que as mudanças são geradas por contextos sociais diversos que associam e selecionam a memória para preencher o presente e configurar o futuro. Neste sentido, Marialva Barbosa afirma: “graças à capacidade de tornar presente e de misturar presente, passado, pode-se entender as razões que levam os meios de comunicação a assumirem o papel de verdadeiros guardiões das comemorações e de construtores de uma dada materialização da memória”.²⁸

Na reconstrução está o “fluxo do sensacional”,²⁹ onde os acontecimentos ganham significação espetacular. Assim, as temáticas da violência e da morte, que funcionam como matéria-prima das notícias sensacionalistas de forma geral, vão sendo constantemente reconfiguradas em suas reatualizações. Acontecimentos se transformam, então, em marcos significativos destas reconfigurações, se tornando *lugares de memória*³⁰ para outras que se sucedem, fornecendo o material para a tessitura das narrativas jornalísticas e sua imbricação na construção das identidades sociais.

As hipóteses aqui estão ligadas a um fato marcado por contradições que, por conta da montagem narrativa dos textos jornalísticos, pode ter perdido alguns sentidos importantes na sua essência. O caso da “chacina da Candelária” é um episódio de violência que carrega grandes marcas da sociedade atual e por isso é importante questionar a forma narrativa que o informou.

De acordo com Mikhail Bakhtin, os signos só se desenvolvem socialmente. A partir dessa afirmação, podemos perguntar: como a Candelária e seus signos se desenvolveram a partir dessa relação jornalística com o fato, com seus princípios de objetividade, com suas lógicas pessoais e culturais que partem do senso comum, com o aprisionamento e seleção da memória, com suas estratégias de discurso,

28 BARBOSA, 2003, p.120.

29 BARBOSA, 2004b.

30 O conceito de *lugar de memória*, desenvolvido por Pierre Nora (1984), aponta para a criação de marcos memorialísticos que teriam a função de institucionalizar e reiterar determinados enquadramentos da memória. A partir da concepção de Nora de que os *lugares de memória* podem ser pensados nos três sentidos do conceito, ou seja, tanto material, quanto simbólico e funcional, podemos considerar os meios de comunicação de massa como *lugares de memória* da sociedade contemporânea, como propôs RIBEIRO (1996).

com seu modo original de sensacionalizar a notícia? E podemos ainda perceber a questão da *polifonia* neste fato que contém uma dimensão enorme de vozes, tanto do passado quanto do presente.

Talvez a narrativa jornalística seja um grande entrelace de estratégias de linguagem, poder e ideologia, o que Norman Fairclough diz ser uma “porção”, no sentido de junção de elementos, que compõem o senso comum. E se é isso o jornalismo, como são apresentados casos de violência, como a Candelária, para a sociedade? No que o jornalista tem transformado as diversas identidades, ao usar argumentos de uma realidade única, consensual e naturalizada como as usadas pelo que é do senso comum? O profissional de imprensa considera que a alteridade é imprescindível na construção do discurso e que é ela que concebe à dialética seu objetivo, fazendo com que, em meio à contradição, as pessoas tirem suas próprias conclusões a respeito dos fatos? Como está sendo usada a objetividade jornalística neste fato e a fala de autoridade dos repórteres no jornal? Estas são perguntas que irão orientar os desdobramentos reflexivos desta pesquisa.

Com uso do *fait divers*, por exemplo, as notícias de violência, principalmente, são apresentadas na forma de entretenimento e contribuem para a formação de estereótipos. As identidades são rotuladas e servem como argumento para o senso comum, contribuindo para prejudicar parte da sociedade, como os meninos de rua. Para entreter o leitor, como é criada e representada a imagem desses meninos, por exemplo? O que é levado em conta como prioridade, o senso comum, os direitos humanos, a venda das matérias?

Se a narrativa jornalística é a concepção de uma mediação entre o presente contínuo e o futuro antecipado, tudo o que é construído pelo jornal é presente. Mas as representações dos fatos são feitas através da memória, que são fluxos para a chegada do senso comum. Desta forma é necessário perceber como essas traduções da realidade aparecem no jornal, tanto no momento do acontecimento como em memória dele.

A partir das questões acima apresentadas, que estarão norteando o desenvolvimento de minha pesquisa de mestrado, a proposta é demonstrar a hipótese de que, no caso do episódio “Candelária”, o discurso do jornal *O Globo* aponta para uma anulação das contradições, enfatizando o senso comum e tendendo a encobrir o dialogismo e a polifonia, pelo menos aparentemente, em construções narrativas nas quais as identidades sociais, especialmente as referentes aos “menores”, são objetivadas em categorias estereotipadas. Além disso, a narrativa jornalística sobre a violência, neste episódio, tende a confirmar uma das questões fundamentais sobre a morte na sociedade contemporânea, em que sujeitos, representados como “não-sujeitos”, são mais aptos a morrer do que outros.

Também estou partindo da hipótese de que, após o episódio da “chacina da Candelária” e de sua construção narrativa, o fato e mesmo sua demarcação espacial se transformaram em “lugares de

memória”, sendo acionados em outras narrativas jornalísticas em marcos significativos nos anos seguintes. Como já indicado anteriormente, queremos investigar como a Candelária e o episódio fundador de 1993 é retomado, em estratégias de construção de memória, dentro do jogo de lembranças e esquecimentos que a constitui, em outros acontecimentos jornalísticos. Acredito que a Candelária tenha passado a operar como um marco de memória fundamental para a construção das identidades sociais acerca da categoria do “menor” na história nacional, por se transformar em um *marco jornalístico e social*, ao ser lugar de uma “chacina” e, conseqüentemente, ponto de referência quando falamos de menores e vítimas da violência urbana. Da mesma forma que marcos narrativos do *fluxo do sensacional* aparecem na construção das matérias sobre o episódio, ainda em 1993, também esses marcos irão reaparecer nas narrativas que se seguem, adicionados a outros que se constroem nas reconfigurações.

8 – BIBLIOGRAFIA

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*, São Paulo, Nova Cultural, 1987.

AMORIM, Marília, *O Pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Sociais*, São Paulo, Musa, 2001.

ARIÈS, P. *História da Morte no Ocidente*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1998.

BARBOSA, Marialva, *Estudos de jornalismo I*, Campo Grande, Intercom, 2001.

_____ “O jornalismo, o sensacional e os protocolos de leitura”. Texto mimeo, 2004b.

BARTHES, Roland, *Aula*, São Paulo, Cultrix, 1978

_____ *Aventuras Semiológicas*, São Paulo, Perspectiva, 1989

_____ *Crítica e Verdade*, São Paulo, Perspectiva, 1999.

_____ *Elementos de Semiologia*, São Paulo, Cultrix, 1964

BAKHTIN, Michael. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1979

BERGER, P. e LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes, 1985.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo, Ática, 1996.

COIMBRA, Cecília, *Operação Rio, omito das classes perigosas*, Rio de Janeiro, Intertexto, 2001

- DEJAVITE, Fábila Angélica. “O poder do fait-divers no jornalismo: humor, espetáculo e emoção”. In: BARBOSA, Marialva (org.). *Estudos de Jornalismo (I)*. Campo Grande, Intercom, 2001.
- DIAS, Ana Rosa Ferreira, O discurso da violência - as marcas da oralidade no jornalismo popular, São Paulo, EDUC/Cortez, 1996.
- ENNE, Ana Lucia S. “*Lugar, meu amigo, é minha Baixada*”: memória, identidade e representação social. Tese de Doutorado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2002.
- FAIRCLOUGH, Norman.(1989). *Language and power*. London and New York, Longman.
- _____ (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília, Editora UNB.
- GEERTZ, Clifford. “O senso comum como um sistema cultural”. In: *O Saber Local*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- GUIMARÃES, Alberto Passos , *As Classes perigosas, banditismo urbano e rural* , Rio de Janeiro, Graal, 1981
- HALL, Stuart. *Da Diáspora*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.
- HOBSBAWM, E.J, *Rebeldes Primitivos*, Rio de Janeiro, Zaar Editores, 1978.
- NORA, Pierre. “Entre Mémoire et Histoire”. In: *Les Lieux de Mémoire. La République*. Vol. 1. Paris, Éditions Gallimard, 1984.
- POLLACK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricas*, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *A História do seu Tempo. A imprensa e a produção do sentido histórico*. Rio de Janeiro, dissertação de Mestrado defendida na ECO/UFRJ, 1996.
- _____ *Imprensa e História do Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro, tese de Doutorado em Comunicação/UFRJ, 2000.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa I. A tríplice Mimese*, São Paulo, Papirus, 1994.
- RONDELLI, Elizabeth. “Imagens da violência e práticas discursivas”. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder e outros (org.). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro, Rocco, 2000.

SOSRË, Muniz, *Sociedade, mídia e violência*, Porto Alegre, Sulina, 2002. _____ *O Social*

Irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia, Cortez, 1992.

_____ *A Comunicação do grotesco*, Rio de Janeiro, Vozes, 1971.

ZALUAR, Alba. *Da revolta ao crime S.A.* São Paulo, Moderna, 1996.